

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autor: Vanessa Silva Melo
Co-autor: Viviana Souza Ramos

*UEPB–Universidade Estadual da Paraíba
vanessaagape28@gmail.com*

Resumo: A criança precisa ser compreendida em sua totalidade, sendo ela um ser histórico e social, que constrói seu gênero e sua sexualidade dentro da sociedade a qual está inserida. A qual teve como principais objetivos: compreender o que a literatura apresenta sobre as manifestações da sexualidade das crianças da educação infantil; discutir sobre como os/as profissionais se comportam diante dessas manifestações na escola problematizando as relações de gênero no espaço da educação infantil; e, por fim, identificar como os brinquedos e as brincadeiras refletem as relações de gênero. Para atingir os objetivos propostos foram realizadas pesquisas bibliográficas juntamente a observações efetivadas durante os estágios realizados no curso de Pedagogia. Este artigo vem mostrando as diferenças entre gênero e sexualidade, um pouco de seu contexto histórico e como isso afetou e afeta diretamente os sujeitos que compõem a sociedade. Dentro do espaço ao qual todos fizeram ou fazem parte, a escola, como é hoje, reproduz e estimula espaços já definidos para meninos e meninas. Verificando que as práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar podem reforçar estereótipos historicamente construídos nas relações sociais e trabalhando assim em favor da permanência de discriminações e preconceitos referentes a identidade de gênero e sexualidade. Contudo, é possível educar para a transformação, se houver uma mudança de mentalidade que está além da reformulação de currículos em cursos de formação de professores.

Palavras-chave: Educação Infantil; Relações de gênero; Sexualidade; Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A criança era vista como um adulto em miniatura, já que frequentava os mesmos ambientes, participava da vida adulta, não se diferenciando deles, isto é, não havia espaços ou cuidados específicos para com elas. Como não eram percebidas como seres sociais e históricos, as crianças eram tidas como sem utilidade, sendo assim sempre necessária à sua condução por um adulto. (Philippe Ariès, 1978).

Após várias mudanças e novas concepções acerca da infância, a criança passou a ser vista, começou a se perceber a importância que deve ser dada a essa etapa da sua vida. Sendo assim, foi instituída a educação infantil, que passou a ser reconhecida como um direito da criança na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Desde então, a criança tem sido alvo de uma incessante luta pela formação de

sua identidade coexistindo a dualidade, entre o *cuidar* e o *educar*.

Especificamente a Educação Infantil é a primeira etapa da educação formal do indivíduo, onde estas terão a oportunidade de conviver com outras crianças e ter experiências com outra instituição que seja sua família. Essa relação que se dão entre as crianças e as diversas instituições que ela participa as ensina e as molda, dentre essas relações estão as de Gênero e sexualidade. Onde Gênero, pode se referir aquilo que seja biológico o que define homem e mulher, menino e menina, etnia, classe; já a sexualidade é uma construção social e histórica daquilo que o indivíduo é, sua identidade.

A questão de gênero e sexualidade na Educação Infantil se dá de forma muito discreta, quando as atuações dos profissionais reproduzem atitudes preconceituosas. Na escola percebe-se então, que, se reproduzem as relações e representações sociais que existem além de seus muros. Trata-se de uma instituição que poderia trabalhar para a desconstrução de conceitos preconcebidos em outros espaços, contudo, é uma instituição formada por pessoas que carregam consigo elementos presentes no imaginário coletivo e que, portanto, fazem parte da cultura. Sendo assim, pode-se sugerir que há mais reprodução do que produção de conceitos, sobretudo em relação aos temas de direitos humanos, cidadania e relações de gênero.

Kramer (2008, p. 54) afirma que uma das grandes lutas em relação à Educação Infantil é a de que o aspecto pedagógico seja considerado, tendo em vista as escolhas feitas principalmente em relação ao como lidar com igualdades e diferenças, que fazem parte da dimensão política. Questões como essa, embora possam parecer sutis, interferem não apenas nas atividades da escola como um todo, mas também na forma como são compreendidas pelas mulheres e homens que atuam na educação infantil, porque são essas referências, trazidas de seu gênero e das suas limitações, e que lhes são impostas, que serão vivenciadas em suas práticas pedagógicas.

Além das questões descritas que, por si sós, já demandam um olhar atento sobre as relações de gênero e sexualidade no cotidiano da Educação Infantil, há ainda a necessidade de professoras e professores lidarem com a manifestação da sexualidade das crianças. Quando ocorrem, essas manifestações devem contar com uma intervenção pedagógica para que a criança conheça os limites da intimidade na escola. No entanto, a falta de preparo em relação à sexualidade permite espaço para que mitos e tabus sejam seguidos e aceitos como verdades. A partir da junção de mitos e tabus e com as dificuldades pessoais de cada profissional, foi definido como problema de pesquisa: conhecer e

tentar compreender como os educadores da Educação Infantil respondem aos questionamentos a respeito de gênero e de sexualidade em sala de aula?

Assim, o objetivo deste artigo é compreender o que a literatura apresenta sobre as manifestações da sexualidade das crianças da educação infantil; discutir sobre como os/as profissionais se comportam diante dessas manifestações na escola, problematizando as relações de gênero no espaço da Educação Infantil; e, por fim, identificar como os brinquedos e as brincadeiras refletem as relações de gênero.

Vários fatores contribuíram a escolha dessa temática, dentre as quais inquietudes relacionadas à experiência como professora e aluna do curso de Pedagogia. Conhecimento nunca é demais, principalmente, para quem é professor/a e deseja sempre fazer diferente para com seus alunos, tomando atitudes diferentes daquelas com as quais fomos muitas vezes tratados durante nossa vida escolar. No curso de Pedagogia houve uma disciplina eletiva que chamou muito a atenção em relação a atitudes silenciosas em sala de aula. Uma delas é nosso olhar para as crianças, o trato para com elas enquanto meninos e meninas (gênero) e sua diferenciação pela identidade social que nelas está sendo moldada (sexualidade). Como nós, professores, temos contribuído ou não para a construção histórica e social dessas crianças? São perguntas assim, referentes a tal temática, que nos levam a pensar sobre o quanto necessitamos conhecer sobre as crianças.

Ressalta-se que entre as contribuições que este artigo pode trazer para a comunidade científica, estão: colocar em evidência, para o debate, um objeto ainda pouco explorado no meio acadêmico; refletir sobre elementos que possam nortear a reformulação de currículos em cursos de formação de professores, bem como sobre; a importância da formação continuada para professores, já atuantes, a fim de rever práticas e conceitos, além de trazer à tona, mais uma vez, o debate sobre o processo de socialização de crianças pequenas, que ocorre no interior d instituições de educação infantil.

Este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão e alguns recortes do estágio em Pedagogia realizado em creches públicas de Campina Grande, com crianças de 3 a 4 anos, durante um ano.

METODOLOGIA

Este projeto apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão e alguns recortes do estágio em Pedagogia realizado em creches públicas de Campina Grande, com crianças de 3 a 4 anos, durante um ano.

Analisando a luz de diversos autores quais os conceitos sobre a temática e seu desenrolar na prática educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo assim, pode-se iniciar a discorrer as questões referentes ao corpo e ao comportamento sexual, que têm estado há muito tempo no centro de algumas preocupações. Até o século XIX, era apenas da religião e da filosofia moral, mas desde então, têm preocupado de modo generalizado especialistas da medicina, profissionais e reformadores morais (LOURO, 2000). Ganham tão grande destaque que obtiveram sua própria disciplina, tendo diversas outras bases importantes. Segundo Jeffrey Weeks (apud LOURO, 1997, p. 26), “o tema ganhou, no final do século XIX, sua própria disciplina, a sexologia, tendo como base a psicologia, a biologia e a antropologia, bem como a história e a sociologia”. Sendo assim, mais do que questão sexual, envolve política, sociedade e cultura.

A igreja, a escola e diversas outras instituições às quais os sujeitos fazem parte estão interessadas em como nos comportamos ou pensamos, todos procurando as formas mais apropriadas para regular nossas atividades. Jeffrey Weeks (1985) traz a ideia de Foucault (1926-84), “(...) de que a sexualidade era um “aparato histórico” que tinha se desenvolvido como parte de uma rede complexa de regulação social que organizava e modelava (“policiava”) os corpos e os comportamentos individuais” (apud WEEKS, p. 30-31). Diversos aspectos, ou porque não afirmar que todo o nosso modo de ser sofreram influências e mudanças por qualquer uma das instituições mencionadas.

As relações de gênero e a sexualidade são responsáveis pela construção de papéis sexuais e foram sistematizadas por Scott (apud. MARIANA, 1976, p.86) com a seguinte definição:

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primária de dar significado de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre as mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é direcional.

Nossa sexualidade não pode ser vista como algo à parte, mas intrinsecamente ligada a quem somos e à sociedade em que estamos inseridos. Segundo o Weeks, “as duas [nossa subjetividade e a sociedade] estão intimamente conectadas porque, no centro de ambas, está o corpo e suas potencialidades” (apud LOURO, 2000. p. 36). À medida que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com a vida de seus

membros, ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com a vida sexual dos indivíduos.

Isso deu lugar a métodos intrincados de administração e de gerenciamento; a um florescimento de ansiedades morais, médicas, higiênicas, legais; e a intervenções voltadas ao bem-estar ou ao escrutínio científico, todas planejadas para compreender o eu através da compreensão e da regulação do comportamento sexual (WEEKS, 2000. p. 36-37).

Uma coisa fica clara: apesar de a identidade, o gênero e a sexualidade andarem juntos, as vontades e desejos os podem estruturar possibilidades individuais; já as identidades devem ser escolhidas sendo influenciadas pelas políticas dominantes. Segundo Louro (1997), a mulher especificamente era privada de viver sua liberdade sexual, sendo restrita somente a diálogos íntimos com um amigo; ou ao ato sexual com um parceiro de sexo oposto, uma questão que se limitava à vida adulta. Embora surgissem questionamentos sobre sexo, como seriam estas respondidas, se toda resposta dependia de um contexto social, cultural, religioso, etc. Como conviver num contexto como esse, em que seu corpo e sua mente clamam por respostas normais a todos os seres humanos? Diversas dúvidas pairavam sobre a mente de adolescentes, jovens e, porque não, adultos;

Mas, até chegar esse momento, o que se fazia? Experimentava-se, de algum modo, a sexualidade? Supunha-se uma "preparação" para vivê-la mais tarde? Em que instâncias se "aprendia" sobre sexo? O que se sabia? Que sentimentos se associavam a tudo isso? (LOURO, 2000. p. 4).

As transformações se tornam cada vez mais perturbadoras, pois mexem com algumas coisas consideradas como imutáveis e, em favor disso, estão as novas tecnologias, que cada vez mais avançam para atender os desejos humanos. Todos tínhamos um pensamento acerca de relacionamento que se resumia a homem e mulher; e do nascimento de um bebê como algo que parecia ser inadiável, porém com o avanço da medicina, a possibilidade de adiar a gravidez já pode acontecer. Como menciona Louro (2000), “jornais e revistas informam, agora, que um jovem casal decidiu congelar o embrião que havia gerado, no intuito de adiar o nascimento de seu filho para um momento em que disponha de melhores condições para criá-lo (...)”. (LOURO, 2000, p. 5).

A grande centralidade do ser humano está em si, em seus corpos, para usá-los como instrumento em diversos ambientes, adequando-os, adornando-os, higienizando-os, onde “(...) inscrevemos nos corpos marcas de identidades e,

consequentemente, de diferenciação” (LOURO, 2000. p. 9). E todos nós somos adestrados, e essa palavra se encaixa bem: *adestrados!* Quando deixamos de pensar por nós mesmos e começamos a pensar pelos outros, percebemos marcas, expressões e gestos que os sujeitos empregam através de seus corpos para assim os classificar. A sociedade estabelece divisões, atribui rótulos, separa e define de forma sutil ou violenta e discrimina os sujeitos que a compõem.

Pensar que mulheres são diferentes dos homens se constitui, em princípio, uma afirmação irrefutável. Relacionada, inicialmente, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros e serviu para explicar, justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para "provar" distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos "próprios" de cada gênero.

Mas o que estava centralmente implicado em todas essas discussões eram as relações de poder que ali se construía e se pretendiam fixar. O que se pretendia buscar não eram as diferenças, mas as desigualdades que havia entre ambos. Louro (1997) apresenta algumas indagações sobre “igualdade ou diferença” entre os estudiosos mencionados:

Scott observa que esse desafio representa uma armadilha, é uma "falsa dicotomia", já que igualdade é um conceito político que supõe a diferença. Segundo ela, não há sentido em se reivindicar a igualdade para sujeitos que são idênticos, ou que são os mesmos. Na verdade, reivindica-se que sujeitos diferentes sejam considerados não como idênticos, mas como equivalentes (LOURO, 1997, p. 46).

Segundo Pereira e Oliveira (2016), com essas novas concepções sobre infância, mudanças foram necessárias aos espaços frequentados pelas crianças, antes vistas como adultos em miniatura, sendo essa uma fase de preparação para vida adulta, mantendo o mesmo convívio social que os adultos. “As crianças são vistas como indivíduos capazes, consumidores e produtores de cultura, portadores de história, sujeitos do processo de socialização e não como objetos da socialização dos adultos” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016, p.276). Sendo assim, a criança se constrói social e historicamente, deixando de ser considerada apenas uma tábua rasa.

As concepções de criança e as noções de gênero são historicamente construídas e vêm mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma igual, mas sendo concebida de várias formas de ser criança e dos modos de ser mulher e homem. Sabendo disso, entram em

questão o reconhecimento e o respeito que se deve ter para com cada indivíduo e com aquilo que é e decidiu ser.

A questão está, então, em conhecer, refletir e reconhecer as particularidades de cada indivíduo e as formas de cada um ser e estar na sociedade, sem esquecer, contudo, que o individual é sempre constituído na relação com os outros e com as coletividades nas quais estão imersos. Para que se respeitem individualidades e diferenças e se reconheça que todo sujeito é plural, torna-se fundamental conhecer e compreender os processos sociais implicados na produção desse sujeito, em suas dimensões étnico-raciais, de classe, de gênero, religiosas e outras (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016, p. 276).

Um grande espaço de educação dos corpos e da sexualidade predominantemente hétero é a escola, pois ainda que de forma discreta, opera continuamente no disciplinamento dos corpos. A escola deixa suas marcas nos sujeitos que dela participam ou participaram nos bons modos, na disciplina, no modo de se portar nos diferentes lugares, em toda nossa maneira de ser, seja como bons meninos e meninas ou não!

A maior preocupação da escola está em formar mulheres e homens que sejam padrões, não os conteúdos programados. Com suas regras de conduta, seus fardamentos, o trato a respeito de questões morais e éticas, com tudo isso e em toda a vida do alunado a escola visa manter seu padrão tido como exemplar por toda a sociedade. Mas vale ressaltar, como Louro (2000) coloca que, “não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva”. (LOURO, 2000, p. 13). Contudo, é preciso reconhecer que todas as imposições, regras e tudo que compõe a escola, que a faz ser, tem significado nas histórias pessoais. Esse importante instrumento de eficácia na vida de todos nós nos ensina, nos molda, nos prepara para a sociedade em que iremos atuar.

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (LOURO, 2000, p. 14).

A escola vigia e pune os sujeitos que venham a ter qualquer outro tipo de comportamento tido como “anormal”. Todos os gestos, comportamentos e conteúdos estão direcionados a manter o que é natural, o feminino e o masculino. Mas como manter essa vigilância fora da escola, se todos os ambientes fora dela incitam, ainda que de forma indireta, a sexualidade? Como mostra Louro (2000), “a

evidência da sexualidade na mídia, nas roupas, nos shopping-centers, nas músicas, nos programas de TV e em outras múltiplas situações experimentadas pelas crianças e adolescentes vem alimentando o que alguns chamam de “pânico moral” (LOURO, 2000, p. 18).

Mas vale ressaltar, como Louro (2000) coloca que, “não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva”. (LOURO, 2000, p. 13). Contudo, é preciso reconhecer que todas as imposições, regras e tudo que compõe a escola, que a faz ser, tem significado nas histórias pessoais. Esse importante instrumento de eficácia na vida de todos nós nos ensina, nos molda, nos prepara para a sociedade em que iremos atuar.

A escola é uma instituição onde se disseminam os valores morais da sociedade, as normas e os costumes formadores de indivíduos e onde, mais uma vez, se afirmam os espaços sociais tolerados a meninas e meninos. Assim, produz e reproduz as relações de gênero, assim como institui e valida determinadas formas de se viver as masculinidades e as feminilidades, onde se utiliza como um dos instrumentos para se enfatizar isso os brinquedos e as brincadeiras, que são manipulados ao que é considerado como padrão.

As crianças, ao brincarem, definem seus espaços, recria-os, entra num mundo de faz-de-conta, recriando novas situações vivenciadas em seu cotidiano ou outras diferentes. Por estar em seu mundo, tudo se torna possível, não importando papéis definidos como masculino e feminino. A criança traz significados às coisas com as quais tem vivência, configurando-se em um espaço criador, além de participar de socialização com outras crianças –, desenvolvendo sentimentos essenciais para construir suas identidades. Dentro do espaço da criança, a família e a escola separam, diferenciam atitudes que venham a ser de meninos e meninas. Sobre isso Pereira e Oliveira (2016) mencionam que;

Podemos destacar que as diferenciações entre meninos e meninas, homens e mulheres, são demarcadas e disseminadas tanto pela família quanto pela escola nos meandros da cultura, criando, muitas vezes, padrões comportamentais distintos de masculinidade e feminilidade que se inscrevem nos corpos e incidem nos modos de ser de cada indivíduo (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016, p.275).

Nos últimos anos, os debates em torno das relações de gênero têm sido de interesse da Educação Infantil, mas, especificamente, em 2010 com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que evidenciavam esse interesse ao instituir que as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem garantir a construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a

ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2010, p. 17). Essa proposta vem apenas enfatizar que vivemos em uma sociedade totalmente desigual, inclusive entre homens e mulheres, que tais desigualdades acontecem também na escola.

Em vários estágios, pode ser observado como educadoras/es tem lhe dado de forma equivocada e impensada entre as brincadeiras das crianças. Durante uma das brincadeiras de faz-de-conta, em que crianças estavam brincando na sala de aula, houve a intervenção abusiva da educadora, pois o menino estava vestindo um avental e a menina estava com uma mochila na mão, dizendo que era uma maleta e que iria trabalhar. No mesmo instante, a educadora levantou-se; tomou da mão da menina, a mochila, do menino, tirou o avental; e fez a troca, afirmando que: “menina deve fazer as coisas de casa e não os meninos, e estes têm de sair para trabalhar”.

Essa cena nos chamou atenção, pois uma das formas mais significativas para as crianças aprenderem é através das brincadeiras. “A brincadeira é compreendida como uma linguagem utilizada pelas crianças para se expressar e se comunicar durante a infância, e tem grande importância no desenvolvimento social, afetivo e intelectual das mesmas” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2016, p.285).

Repensar o uso do brinquedo pelas crianças não significaria inverter os papéis de gênero e suas delimitações em brinquedos, mas sim poder transitar entre as diversas possibilidades de brincadeiras. Logo, os discursos sobre o brinquedo precisam ser discutidos em seu aspecto de relação com o poder, uma vez que há tantos discursos políticos que terminam aprisionando, regulamentando e controlando a criança desde o nascimento.

As crianças partilham, em suas brincadeiras, de suas vivências em família ou em qualquer outra instituição da qual faça parte, contam e recriam histórias. A respeito do gênero, a escola e a família se encarregam de introduzir comportamentos adequados a meninos e meninas, homens e mulheres, o que faz com que internalizem tais representações. Aspectos organizacionais dos espaços de meninos e meninas sempre estiveram e estarão presentes na escola. As educadoras e educadores devem perceber e analisar as práticas escolares envolvidas na naturalização de diferenças, que acabam produzindo e reiterando o preconceito de gênero. De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, é nas interações que:

Estabelecem desde cedo com as
pessoas que lhe são próximas e com

o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (BRASIL, 1998, p.1).

Nascemos destinados a viver aquilo que planejaram para nós, de acordo com o sexo: se for menina um quarto rosa; se for menino, um azul, com seus respectivos brinquedos se ajustando às normas estabelecidas, existindo mecanismos que venham garantir isso para que nada saia do “padrão”. “Tudo isso almejando os comportamentos padronizados, que são garantidos pela punição dos comportamentos desviantes” (SILVA, 2015, p.11). Os que saem da “normalidade” são rejeitados, excluídos, tratados de forma diferente, porque existem aqueles que são “normais”, que mantêm o controle e a garantia das formas mais adequadas de ser. .

É perceptível que, desde muito cedo, são apresentados a muitas crianças os padrões sociais de gênero que são reconhecidos e aceitos: os brinquedos, as brincadeiras, os gestos, as vestimentas, os livros.

As crianças aprendem com as pessoas com quem convivem, dentro de um contexto social e cultural e, dentro dessa cultura da infância, o brincar não está apenas para a distração da criança, mas tem como um de seus objetivos predefinidos a construção e internalização de modelos apropriados de como deve ser homem e mulher na sociedade. Faz-se necessário entender e problematizar as suposições e referências em torno do gênero para que se possam evitar afirmações generalizadas sobre como deve ser ou se comportar um homem e uma mulher.

Nessa dinâmica de sexualidade e gênero, percebe-se que essa relação é construída e inacabada, podendo ser modificada sendo invariável, qualquer que seja a fase em que o sujeito esteja: nascimento, adolescência ou maturidade. Não se trata de comportamentos naturais do ser humano, mas de regras de conduta, que vão sendo impostas desde o nascimento pela família, escola, igreja e diversas outras instituições nas quais os sujeitos estão inseridos.

CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa, nota-se que ainda não há compreensão da importância da perspectiva de educar em direitos humanos através de suas práticas pedagógicas, possivelmente porque não tiveram acesso a informações que lhes proporcionassem uma reflexão a esse respeito. Já a questão da cidadania foi mencionada como parte integrante das atividades. Faz-se necessário, então, a compreensão

acerca do que seja gênero e sexualidade, já que muitos fingem desconhecer por acharem que são assuntos familiares e particulares. Mas os diversos autores citados nesta pesquisa vêm confirmar que somos seres completos, com um gênero, mas diversas sexualidades, ou seja, diversas identidades que são construídas socialmente e historicamente. Nota-se ainda que muitos educadores/as, em suas práticas pedagógicas que quando o tema é lidar com manifestações concretas de sexualidade na educação infantil, realmente não sabem como fazer.

Na escola, os educadores reproduzem, através de suas práticas pedagógicas, as práticas sexistas que existem na sociedade em geral. Por ignorarem o modo de trabalhar com as manifestações da sexualidade infantil, reproduzem, da mesma forma, ações e omissões que existem no espaço doméstico.

A pouca quantidade de interesse nessa área pode revelar que, na mentalidade coletiva, o assunto é algo tido como proibido e, por isso mesmo, polêmico. A construção das identidades sexuais na infância e a sexualidade infantil são questões com as quais o educador se depara cotidianamente no seu fazer pedagógico. Por ser inerente ao ser humano desde o nascimento até a morte, não há como continuar negando sua existência ou manifestações. Se a instituição de educação infantil é o primeiro espaço de educação formal frequentado pelas crianças pequenas, é através dela que ocorre parte da socialização primária. Portanto, os educadores da infância têm grande responsabilidade na formação das identidades sociais de seus alunos.

É possível verificar durante os estágios realizados, que as educadoras/es possuem uma concepção sobre gênero e sexualidade infantil baseada no senso comum e fortemente influenciada pelos valores, crenças e comportamentos culturalmente definidos. Assim como ocorre com grande parte dos adultos, também eles, preferem negar que exista sexualidade na criança pequena e, quando são obrigados a se deparar com suas manifestações no espaço escolar, tendem a silenciar diante delas. Nas suas falas, é possível verificar que não raras vezes se confunde sexualidade com sexo.

Os brinquedos e as brincadeiras são representações de gênero que se manifestam culturalmente frente a meninos e meninas na Educação Infantil, e atuam em diversas instâncias da vida social, começando a agir desde a primeira infância. Eles como repositórios de valores sociais, podem determinar o modo como a criança vê o mundo, e, por isso mesmo, funcionam como reprodutores de normas de conduta, especialmente em relação a identidade de gênero.

O brincar, embora pareça ou deva ser ingênuo, invoca atitudes e papéis já definidos para meninas e meninos, principalmente quando há intervenção de adultos, afirmando mais uma vez os lugares de cada um e os incentivando a assumir os papéis de como devem ser homens e mulheres.

Repensar o uso do brinquedo pelas crianças não significaria inverter os papéis de gênero e suas delimitações em brinquedos, mas sim poder transitar entre as diversas possibilidades de brincadeiras. Logo, os discursos sobre o brinquedo precisam ser discutidos em seu aspecto de relação com o poder, uma vez que há tantos discursos políticos que terminam aprisionando, regulamentando e controlando a criança desde o nascimento.

Por isso, faz-se necessária uma nova tomada de consciência de que as coisas que fazemos podem ser feitas de outra forma, de que não é só daquele jeito que pode chegar a nos assustar. Nossa sexualidade não traz uma verdade definitiva de quem somos, mas nos completa e mostra nossa cultura. Nossas visões acerca de quem somos e podemos ser começam a surgir, pois não mais existe espaço predestinado a meninas ou meninos ou a mulheres ou homens, mas a ambos, já que estes se definem onde são seus espaços, desejos e pensamentos.

Referências

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Tradutor: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª ed. Petrópolis – RJ. Vozes, 1997.

PEREIRA, Angélica Silvana; OLIVEIRA, Ericka Marcelle Barbosa de. **Brincadeiras de meninos e meninas, cenas de gênero na educação infantil**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 273-288, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/index.php/reflex/index>.

SILVA, Mariana Ferreira. **Brinquedos e brincadeiras: questões de gênero, poder e resistência**. VII SINEFIL, 2015. Disponível em:

http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/COMPLETOS/Brinquedos%20e%20brincadeiras%20-%20MARIANA.pdf> Acesso em: 02 de ago. 2017

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Tradutor: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.